

O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO: estudo de caso na periferia de uma grande metrópole¹

*Janaina Moutinho Costa
Magda de Almeida Neves*

INTRODUÇÃO

No contexto atual de reestruturação produtiva, a escolaridade aparece como um fator fundamental para diminuir as diferenças no mercado profissional. Entretanto nos últimos anos, a tarefa de se aprimorar e de se qualificar tem sido exigida, na maioria das vezes, do próprio trabalhador. A exigência de um novo perfil profissional de um indivíduo capaz de assumir funções diversas, no entanto, parece se chocar com a realidade de trabalhadores que possuem baixa escolaridade.

Este artigo pretende discutir essas condições. Na primeira parte, discute-se, de forma geral, o contexto que condiciona a inserção do jovem no mercado de trabalho atual, impactado por mudanças do mercado internacional que afetam a economia brasileira e, de modo particular, os tra-

balhadores jovens ou aqueles em busca do primeiro emprego.

A idéia central que orienta a análise é a de que, por trás da exigência de um nível mais elevado de escolaridade, esconde-se a face oculta de um mercado de trabalho no qual os empregos tendem a diminuir, e as inovações tecnológicas destruíram muitos postos de trabalho.

Por outro lado, as altas taxas de desemprego entre a população jovem demonstram que o aumento da escolaridade de per si, sem projetos que viabilizem a efetiva inserção dos jovens no mercado, não se constitui condição de inserção automática nesse mercado, mantendo-se muitos desses jovens escolarizados alijados do mercado ou em ocupações mal remuneradas e sem possibilidades de crescimento profissional.

Busca-se, portanto, neste artigo, analisar as dificuldades de inserção dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho, situação tratada na segunda parte deste artigo, tendo como referência uma pesquisa qualitativa realizada junto a 17 jovens de ambos os sexos, na faixa etária entre 16 e

¹ Este artigo é resultante da dissertação defendida no mestrado em Ciências Sociais, Gestão das Cidades, da PUC/MG, em Julho/2003, com o título: *Inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho formal: estudo da Vila São Rafael – Belo Horizonte*. A pesquisa de campo foi realizada entre abril e setembro de 2002.

24 anos, moradores de uma Vila em Belo Horizonte.² Para os jovens moradores dessa Vila, o trabalho afigura-se como uma possibilidade de futuro que interfere na construção de sua identidade social. Todavia a maioria deles tem encontrado dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, mesmo aqueles que concluíram o 2º grau. Fatores como a falta de experiência, a baixa qualificação profissional e as condições de pobreza das famílias influenciam a busca pelo emprego.

Diante das dificuldades para os jovens de baixa renda, é imperioso repensarem-se os investimentos públicos voltados para atender a tal parcela da sociedade, minimizando os impactos da exclusão social sobre a camada jovem.

OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO: expectativas e realidade

A desestruturação do mercado de trabalho, a partir dos anos 90, trouxe como conseqüência a expansão de taxas de desemprego aberto, de desassalariamento, de geração insuficiente de postos de trabalho e o surgimento de postos de trabalho precários, o que repercutiu desfavoravelmente em todos os segmentos da população economicamente ativa (PEA), com forte impacto sobre os jovens.

Pesquisa realizada pelo DIEESE (2001), tendo como base o ano de 1999, em seis capitais do país, revela altas taxas de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos na PEA. Em Belo Horizonte, a taxa de desemprego desses jovens ficou em 30,3%, sendo superada por Salvador, cuja taxa de desemprego para essa mesma faixa chega a 43,2%. Com índices elevados em todas as capitais pesquisadas, permanecem também distorções regionais, especialmente ao compararem-se as condições das regiões Sudeste com o Nordeste, região reconhecida por taxas acentuadas de pobreza.³ A

Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001) confirma tal situação, apontando que as taxas de desemprego total e juvenil no Brasil, entre 1989 e 1999, cresceram muito em razão das mudanças econômicas, tecnológicas e das crises financeiras. De acordo com a OIT, a taxa de desemprego geral que, em 1989, foi de 3%, em 1999, atingiu 11,6% da PEA. Entre a população jovem, com idade entre 10 e 24 anos, a taxa aumentou de 5% em 1989 para 20% em 1999. A OIT considera como “crítico” o desemprego juvenil não só no Brasil, como em diversos países da América Latina e em alguns da União Européia.

O segmento jovem da população brasileira, na busca por inserção no mercado de trabalho, tem enfrentado dificuldades nesse cenário econômico. Se, por um lado, é difícil a recolocação daqueles que estavam no mercado de trabalho e perderam seus empregos, a busca pelo primeiro emprego é ainda mais complexa. O desemprego entre a população jovem supera o da população adulta, e essa é uma realidade não somente brasileira como mundial. Estima-se que cerca de 60 milhões de jovens em todo o mundo estejam desempregados ou ocupem empregos precários. É significativo o fato de que, em momentos de crise econômica, os jovens sejam um dos primeiros a perder o posto de trabalho, uma vez que, dentro dos valores que orientam os seus papéis sociais, eles não são considerados como responsáveis pelo sustento de uma família (Fortuny, 2001).

Nem sempre estar empregado significa segurança no mercado de trabalho, podendo o jovem ser dispensado a qualquer momento e, em muitas situações, sem quaisquer garantias trabalhistas asseguradas. Além do mais, da perspectiva das empresas, o custo da dispensa do trabalhador jovem é mais baixo, não só por causa do pequeno (ou nenhum) investimento em sua formação, mas porque, segundo a legislação trabalhista, a indenização por rescisão aumenta com o tempo de trabalho prestado e, portanto, como o jovem está há pouco tempo na empresa, ele tem um custo menor na hora de ser dispensado (Souto, 2000; OIT, 2001).

² Para tanto, serão feitas adiante algumas referências a essa Vila, de forma a dimensionar o local de moradia.

³ As áreas metropolitanas pesquisadas foram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Distrito Federal (DIEESE, 2001)

Uma alternativa para evitar ou minimizar o impacto do desemprego juvenil na sociedade está em elevar-se o período de estudos, adiando-se, dessa maneira, a entrada para o mercado de trabalho; quanto mais tempo o jovem ocupa estudando, mais ele adia sua entrada para o mercado, fato comum em muitos países capitalistas desenvolvidos. Pochmann (1998) esclarece a existência de um padrão de inserção ocupacional, ou seja, “*é a trajetória traçada da PIA (População em Idade Ativa) na transição da inatividade para o mundo do trabalho*” – que envolve a saída da escola, passando pelas situações de busca do emprego até encontrá-lo e, a partir daí, constituir uma família, onde se teria a independência do jovem em relação à família de origem e sua entrada definitiva para o mundo adulto.

Até o final da década de 80, as situações de passagem pela inatividade eram rápidas e vinculavam-se ao período de estudos obrigatórios. No período mais recente, esse padrão de inserção ocupacional se mostra instável, devido à dificuldade de a economia brasileira gerar empregos qualificados e em quantidade suficiente para absorver a demanda dos jovens que buscam inserir-se no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Pochmann (2001), a criação de empregos, no Brasil, tem sido em número insuficiente e de baixa qualidade – e ocorre, principalmente, em setores como limpeza, segurança, garçons, entre outros. Fato reconhecido também pelo Ministério do Trabalho (2001), que considera parte dos empregos gerados de baixa qualidade, somando-se a essa situação o avanço da informalidade e da terceirização da força de trabalho no Brasil. Mesmo assim, as vagas disponíveis estão sendo ocupadas por trabalhadores adultos, com escolaridade elevada e profissionalmente qualificados, o que dificulta a entrada dos jovens no mercado de trabalho, pois eles carecem de experiência profissional e não atendem à qualificação profissional requerida. Machado (2001) destaca tal padrão ocupacional como sendo excludente e ainda mais difícil para os jovens de baixa renda, que não dispõem de estudos de melhor qualidade, ou de cursos extras para competir no mercado.

As exigências do mercado supõem uma lista significativa de pré-requisitos para concorrer a uma vaga, que envolvem: experiência anterior, conhecimentos de informática, língua estrangeira, cursos extras. Como nem sempre o jovem advindo de famílias em condições socioeconômicas mais baixas atende a todos esses pré-requisitos, acaba sendo admitido em funções mal-remuneradas, as quais exigem pouca ou nenhuma qualificação, às vezes, com horários de trabalho irregulares e extensas jornadas (Gomes, 1990; Machado, 2001).

Estudar não é passaporte para entrada automática no mercado de trabalho, porém a falta de estudos aprofunda as dificuldades dessa inserção: quase metade da população não terminou o 1º Grau. (Draibe, 2000). As mudanças tecnológicas e estruturais exigem novos requisitos básicos para o novo profissional. Ainda assim, a educação no Brasil se encontra desvinculada da prática exigida pelo mercado; os próprios cursos profissionalizantes não acompanham o desenvolvimento tecnológico e, quando o aluno conclui o curso, a tecnologia já sofreu alterações (Azeredo, 1998).

Contudo, a única condição para se elevar a qualificação da mão-de-obra é o aumento da escolaridade, uma vez que – segundo Pochmann (1999) –, no atual cenário, a baixa escolaridade está correlacionada à baixa qualidade ocupacional. Tendo em vista que o Brasil apresenta um dos piores indicadores de instrução da América Latina, pode-se imaginar em que situação estão os jovens que precisam (e pretendem) ingressar em um mercado de trabalho competitivo e globalizado.

Em qualquer sociedade, o ingresso do jovem no mercado de trabalho é permeado por um conjunto complexo de fatores, que se agravam nos países em desenvolvimento, afetando particularmente os mais pobres, com diferentes condições para homens e mulheres (Gomes, 1990). No caso dos mais pobres, principalmente dos jovens, é preciso lembrar que o trabalho pode ser o meio que propicia prosseguir os estudos ou ampliar o conhecimento com cursos extracurriculares, tão freqüentemente exigidos no mercado de trabalho, tais como informática e inglês. (Souto, 2000)

A entrada no mundo do trabalho significa não só atender à necessidade de sobrevivência mas também desenvolver o sentimento de pertencimento, de identidade social. No caso do jovem, quanto mais tardia é a entrada no mercado, mais demorada se torna a chance de ser independente. Machado (2001) considera os jovens como importantes agentes de mudanças, pela sua capacidade de incorporar novas idéias e mudar os rumos da sociedade. A dificuldade para se estabelecer profissionalmente compromete, portanto, não só a vida do jovem nos aspectos materiais, culturais, psicológicos, bem como a dinâmica da sociedade, uma vez que tendem a alienar-se dos processos políticos, desencadeando problemas sociais graves, que podem colocar em risco a coesão social (OIT, 2001; Lisboa, 2002).

O trabalho, em qualquer cultura, é uma condição central de construção da identidade social dos indivíduos, auxiliando as pessoas a se posicionarem no interior dos sistemas sociais, a reconhecerem o seu papel e sua importância naquela sociedade. Torna-se, assim, impossível separar trabalho e vida, dada sua condição de atividade social presente em todas as sociedades, embora possa receber diferentes definições. (Blass, 1998). Nesse sentido, para os jovens, o desejo da autonomia e da independência conquistadas através da inserção no trabalho também se faz presente (Fausto e Cervini, 1992; Azevedo; Menezes; Fernandes, 2000).

De acordo com Caliman (1998, p. 32), as pesquisas sobre a condição dos jovens na cidade de Belo Horizonte ainda são escassas, *“dado o elevado número de menores obrigados a trabalhar, por causa da pobreza, as preocupações não se voltam para a relação entre jovens (16 – 24 anos) e mercado de trabalho, mas entre menores (10 – 17anos) e trabalho precoce (...)”*

Dados recentes do DIEESE/FJP (2002)⁴ mos-

tram que, em Belo Horizonte, na faixa etária entre 15 e 17 anos, a taxa de desemprego subiu de 32,6% para 46%, quando comparados os anos de 1996 e 2002. O mesmo aconteceu na faixa entre 18 e 24 anos, em que a taxa de desemprego subiu de 18,7% para 26,5% no mesmo período. Esses dados confirmam as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, aliadas à realidade de que os postos de trabalho gerados não têm sido suficientes para atender ao ingresso regular daqueles novos trabalhadores que entram anualmente nesse mercado, o que resulta no aumento do número de jovens desempregados em Belo Horizonte.

Esses jovens desempregados, que formam um amplo excedente da força de trabalho, acabam sendo absorvidos pelo mercado informal ou pelas pequenas unidades de produção, em ocupações – em sua maioria – com baixos níveis de exigência (Fausto e Cervini, 1992).

Dupas (1999) observa um elevado número de desempregados entre aqueles que estão ingressando no mercado de trabalho, bem como um número significativo de recém graduados absorvidos em empregos precários. Esse fato corrobora pesquisas realizadas pelo DIEESE (2001), em seis regiões metropolitanas brasileiras, entre elas Belo Horizonte, que mostram a precariedade a que estão sujeitos os jovens ocupados, como falta de contrato de trabalho e proteção legal. O número de jovens trabalhadores que ocupam postos de trabalho considerados “vulneráveis” na pesquisa chegou, em Salvador, a 54,7%, ou seja, mais da metade dos jovens ocupados estão inseridos irregularmente. Em Belo Horizonte, 45,3% dos jovens ocupados se encontram nessa situação.

A exclusão social torna-se cada vez mais visível para os jovens das famílias de baixa renda, de até 3 SM (Caliman, 1998). Importante salientar que pobreza e exclusão não podem se tornar sinônimos, ainda que a situação de pobreza tenda a colaborar para haver esgarçamento de vínculos sociais. Segundo Escorel (1999), a exclusão social não é caracterizada somente pela extrema privação material, mas porque o indivíduo perde o lugar de cidadão, de sujeito de direitos e deveres, de porta-

⁴ DIEESE (2002), “Perfil da população desempregada residente no município de Belo Horizonte”. *Pensar BH*, n.2, p. 17–34. Os dados são da PED realizada em seis regiões metropolitanas em parceria com o DIEESE, SEADE e parceiros. A partir desses dados as informações foram processadas para a capital: Belo Horizonte.

dor de desejos, vontades e interesses legítimos.

O modelo de política neoliberal e o processo de globalização contribuem para a exclusão social assim como a reestruturação produtiva acaba determinando o fechamento de diversos postos de trabalho, com conseqüente aumento do desemprego e da precarização do trabalho.

Geralmente, os jovens de tais famílias frequentam escolas públicas, as quais, em sua maioria, apresentam distâncias entre o conteúdo pedagógico e a realidade do mercado de trabalho, observando-se a entrada tardia à escola, abandonos freqüentes e repetência, o que colabora para a exclusão escolar (Fausto e Cervini, 1992).

Exemplo das dificuldades educacionais para os jovens de baixa renda está demonstrado na pesquisa realizada por Oliveira *et al* (2000) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que constata a falta de continuidade dos estudos e, até mesmo, a inacessibilidade à escola para esses jovens. Mesmo que exista a base legal (Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente: ECA)⁵ que garante a obrigatoriedade para o ensino fundamental, ainda há uma elevada proporção de analfabetos nos estratos mais pobres da população. A pesquisa põe à mostra a realidade da difícil inserção desse jovem pobre no mercado de trabalho.

No entanto, diversas pesquisas demonstram que a educação é de fundamental importância social, mas *per se* não resolve o problema do desemprego, ainda que tenha se constituído numa condição de possibilidade da inserção e de permanência no mercado de trabalho. Educação deve ser entendida aqui no sentido mais amplo, não só aquela vinculada à escola tradicional, mas também a educação profissional, que gera as condições de o trabalhador ser competitivo e se adaptar às modernas técnicas do mercado. Entretanto, esses mesmos estudos apontam que não adianta estar qualificado, se não ocorrer um aumento das oportunidades no mercado de trabalho, e se não houver políticas efetivas de geração de emprego e renda.

⁵ Artigo 208 e artigo 54, respectivamente.

CONDIÇÕES DE ESTUDO E MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS PESQUISADOS

Apresentamos, nesta parte, os resultados da pesquisa de campo, realizada junto ao jovem morador da Vila São Rafael, em relação ao mercado de trabalho formal, no ano de 2002. Através dessa pesquisa, buscou-se conhecer as possibilidades de entrada dos jovens no mercado formal de trabalho e se o fator escolaridade e renda influem nesse processo. As perguntas norteadoras desta pesquisa foram: Qual o acesso dos jovens de baixa renda à educação formal? Se conseguirem êxito nessa etapa, qual a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal? A que tipo de empregos esses jovens têm acesso?

De forma a esclarecer melhor esses processos, iniciamos descrevendo as características gerais do bairro onde se desenvolveu a pesquisa, para, em seguida, apresentar os resultados das questões previamente delineadas.

Lugar simbólico e real da Vila São Rafael

O município de Belo Horizonte, segundo o censo 2000 (IBGE, 2002), tem uma população de 2.238.526 habitantes, distribuídos em nove regiões administrativas.

A Vila São Rafael, local em que essa pesquisa foi realizada, situa-se na região Leste de Belo Horizonte, entre os bairros Pompéia e Santa Efigênia e, embora o nome da Vila seja reconhecido pelos moradores, a maioria considera como seu local de moradia o bairro Pompéia. Nas conversas com os moradores, somente em poucos casos eles identificavam a Vila São Rafael como seu local de moradia.

Dizer que é morador do bairro Pompéia (considerado como de “classe média”) evoca menos preconceitos do que se apresentar como morador da Vila, “favelado”. Esse é um segundo título negado: não admitem dizer que são moradores de uma favela, mas sim da Vila. Dessa maneira, se a escolha for entre o bairro e a Vila, opta-se pelo

primeiro. Em contrapartida, se a opção for entre a Vila e a favela, a Vila assume um lugar de maior valor simbólico. Na busca por uma identidade social, tateia-se na referência a esse local de moradia: afinal que lugar é esse?

A Vila divide-se em quatro microáreas, reconhecidas pela PBH, através do Posto de saúde Pompéia e do Serviço de Zoonoses da regional Leste, por um conjunto de becos e ruas, de forma a organizar o trabalho dos agentes comunitários de saúde (ACS), que realizam o trabalho de cadastramento dos moradores, bem como de outros programas atuantes no espaço da Vila, principalmente aqueles ligados à saúde.

É interessante observar que, do ponto de vista desses órgãos oficiais, a Vila ocupa um “não lugar”, pois, ao mesmo tempo em que a PBH reconhece, através de seus programas de atendimento, as dificuldades específicas da Vila (por exemplo, a desnutrição infantil), constatadas na fala de agentes comunitários de saúde (“*só em uma microárea da Vila existem 19 crianças desnutridas*”), ao mesmo tempo a PBH não dispõe de dados compilados sobre a situação da Vila, e sim aqueles referentes ao bairro e (ou) região Leste.

As vilas e favelas de Belo Horizonte são designadas pela URBEL⁶ como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), e os estudos são elaborados com o objetivo de conhecer as ocupações nas áreas de risco e os respectivos problemas de urbanização dessas áreas.

Os dados da URBEL indicam que a maioria das famílias residentes nessas ZEIS tem acesso aos serviços da COPASA (Companhia de Abastecimento e Saneamento), CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e coleta de lixo. De acordo com mapeamento realizado pela AWISO/CAEB⁷ em uma amostra de 10% dos 380 domicílios da Vila, verificou-se que essa realidade se confirma.

A Vila conta com uma Escola Municipal que oferece do pré-escolar ao ensino fundamental e, à noite, a chamada EJA (Educação de Jovens e Adultos). Possui creche, associação comunitária e ainda um abrigo da PBH, para o qual são enviadas as famílias que, por algum motivo, perderam suas casas.

A escola ocupa um lugar central dentro da Vila e, ao contrário das escolas pichadas e quebradas que comumente se vêem, essa não apresenta tal problema. Parece que o fato de ser permitida a realização de outras atividades da comunidade fora do horário de aulas estabelece uma interação positiva com os moradores.

O processo de verticalização de moradias tem sido constatado no espaço urbano das metrópoles brasileiras, não sendo diferente na Vila São Rafael. Diversos fatores podem contribuir para tal processo, como o casamento dos filhos que continuam a morar na casa dos pais, mas em espaço próprio, ou ainda o crescimento dos filhos, o que força uma individuação – ou seja, torna-se prioridade separar quartos para rapazes, moças e o casal. Outro fator de ordem econômica é o fato de passar a usufruir de um salário maior, o que permite melhoria da moradia, ainda que, para tal projeto, haja a contribuição da renda de todos os trabalhadores da família. Para a URBEL, a verticalização da moradia, aliada a outros fatores que provocam o crescimento desordenado, compromete os programas de melhoria que visam a atender a determinada demanda, realizados em algumas dessas vilas e favelas dentro de Belo Horizonte. Quando essa demanda suprida é submetida a ações sem planejamento, a infra-estrutura de serviços urbanos – como os sistemas de água, de esgoto e de luz elétrica – sofre impactos, desencadeando novos problemas ou sobrecarregando os sistemas já existentes.

Ao contrário de épocas anteriores, quando o surgimento de vilas e favelas era provocado pela migração, atualmente o crescimento de bairros de periferia em Belo Horizonte tem sido provocado por famílias já residentes na cidade e que se mudam para esses locais como uma estratégia de ga-

⁶ CEURB/UFMG (1999). *Plano estratégico de urbanização das zonas de especial interesse social – ZEIS – de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte)

⁷ Associação Beneficente Wilson de Souza, responsável pelo projeto social CAEB (Centro de Apoio Educacional Bíblico).

rantir sua condição de vida e acesso à moradia, principalmente, devido ao baixo custo. Um outro fator que contribui para esse fluxo é o fato de muitas dessas vilas e favelas localizarem-se em pontos centrais da cidade, o que facilita o deslocamento para o trabalho, seja por economia de tempo de deslocamento, seja para diminuição do gasto com transporte público.

A inserção do jovem da Vila no mercado de trabalho formal

Nesse cenário, moram os jovens que fizeram parte dessa pesquisa. Foram realizadas 17 entrevistas com jovens de ambos os sexos, na faixa etária entre 16 e 24 anos (definida pela ONU como segmento juvenil e endossada pela Constituição Federal), os quais, no momento da pesquisa, estavam empregados no mercado de trabalho formal em diversas ocupações.

Analisando as entrevistas realizadas com esses jovens, constatou-se a dificuldade de ocuparem empregos que ofereciam possibilidade de crescimento profissional, ainda que estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino médio. Outra constatação da pesquisa foi que, apesar do aumento da escolaridade, o mercado de trabalho não oferece empregos suficientes e de qualidade para atender à população jovem. Pochmann (1998), nas suas diversas pesquisas, tem acentuado a não existência de empregos regulares para a população jovem.

Segundo Fausto e Cervini (1992), fica evidente, nessa situação, a dificuldade para o jovem ingressar no mercado de trabalho, formando a população jovem um excedente de mão-de-obra que acaba por ser absorvido no mercado informal ou em pequenas unidades de produção em que o nível de exigência é baixo. Essas ocupações, que anteriormente absorviam trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade, na atualidade são disputadas por aqueles com escolaridade mais elevada. Dupas (1999) confirma que há um número elevado de desempregados entre aqueles que pre-

tendem ingressar no mercado de trabalho, e um número significativo de jovens com escolaridade elevada sendo absorvido em empregos precários, situação que não difere, para Pochmann (1998), já que os postos de trabalho que não exigem qualificação elevada têm sido ocupados por jovens com escolaridade mais elevada. A frase seguinte de uma jovem, retrata tal situação:

Na padaria que eu trabalho, todos os meninos que trabalham comigo no balcão têm 2º grau. Eu acho engraçado quando você imagina que alguém com 2º grau vai trabalhar em um balcão. Isto vai dando um desânimo de estudar, será que vale a pena estudar? Mas você tem que estudar. (Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Nesse quadro de crescimento da precariedade do trabalho, o fato de estar inserido no mercado de trabalho formal já faz uma grande diferença na vida dos jovens da Vila. Estar trabalhando com carteira assinada representa uma conquista importante para esses jovens. O trabalho “fichado” (como eles dizem) é aquele considerado como emprego; fora isso, é “bico”, ou então a pessoa não trabalha.

O emprego é visto por muitos jovens como o responsável por eles não “*estarem em confusão*”, ou seja, entrarem para o consumo e o tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, eles se preocupam com os adolescentes (os irmãos, as crianças, outros mais novos que eles), pois acreditam que a ausência do emprego pode facilitar o acesso ao mundo da delinquência, uma vez que o jovem busca independência, entendida como a oportunidade de consumir os produtos que estão nas propagandas da mídia, no circuito da moda (o boné, a calça, o tênis), pois isso garante um certo *status* para aqueles que os conquistam. Fazendo jus à sociedade tecnológica, o telefone celular é também uma referência das conquistas desses jovens, pois é frequente exibirem esses aparelhos, geralmente modelos mais caros. Zaluar evidencia que a roupa, como objeto de consumo, concede a oportunidade para o jovem “*fugir à identificação de pobre*” (1985, p. 103). Ter um telefone celular diferente da maioria demarca uma filiação social para esses jovens trabalhadores da Vila.

A inserção no mundo do trabalho é entendida como um crescimento pessoal, uma vez que, através dele, adquirem-se novas responsabilidades. Dupas (1999) e Machado (2001) acreditam que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho pode elevar a violência social, pois os jovens acabam se tornando vulneráveis às situações de delinquência que facilitam o retorno financeiro certo, possibilitando-lhes fazer parte da sociedade de consumo. A OIT (2001) endossa a tese de que desemprego juvenil contribui para o aumento da violência em alguns países e defende o combate ao que chama de “epidemia”. O desemprego juvenil pode contribuir para a apatia social, impedindo os jovens de se envolverem em causas políticas em prol da sociedade.

Nessa Vila aqui tem muito menino à toa, não sei se é porque eles não têm vontade de procurar correr atrás, aí eles estão desviando para o mundo das drogas, porque é muito fácil vender droga e ganhar dinheiro. É muito fácil virar um traficante, vendendo droga; todo mundo te conhecendo como vendedor ou usuário. (Masculino, 24 anos, 2º grau completo)

Pochmann (1998), Dupas (1999) e Fausto e Cervini (1992) concordam em relação ao fato de que o emprego não traz somente a renda, mas também a possibilidade de o indivíduo se integrar à comunidade e de consolidar sua formação pessoal:

...necessidade de ter as coisas, já estava virando rapaz e como todo rapaz adolescente eu sentia necessidade de ter as coisas, eu queria comprar uma roupa, andar arrumado e meu pai não podia dar tudo. (Masculino, 24 anos, 2º grau completo) Eu queria me tornar uma pessoa independente, conhecer o mercado de trabalho que hoje está grande, competitivo. Para me tornar uma pessoa independente e saber como as coisas são. (Feminino, 17 anos, 3º ano do 2º grau)

Outra denominação comum para os empregos precários é o chamado “estágio”. Os jovens entrevistados na Vila, contratados como *office-boys* e em outras ocupações, só estão empregados até completar os 18 anos de idade. Ao término dessa etapa, estarão em busca de uma nova colocação no mercado de trabalho. Dos 17 jovens entrevistados, 05 (cinco) estão nessa situação. Surgem as perguntas: o que, de fato, eles estão aprendendo na con-

dição de estagiários? Que novas qualificações estão adquirindo para competir na busca por um novo posto de trabalho?

Apesar dessa situação de incerteza, eles representam a esperança e o exemplo de alguns que foram “bem sucedidos” e acabaram sendo contratados. Essas ocupações por curto prazo tornaram-se comuns no atual contexto econômico e social e, de acordo com Pochmann, são esses empregos de curto prazo que configuram a situação de “*desemprego recorrente*”, que se refere “... à situação de jovens e mulheres que, na ausência de emprego estável, encontram, no máximo, uma ocupação temporária, parcial e provisória, sem sustentação, no longo prazo” (2001, p. 34).

Em relação aos estudos, os entrevistados nutrem o desejo de prosseguí-los, pois acreditam ser esse o único caminho para uma vida melhor, bem como a oportunidade de ajudar de maneira mais efetiva na manutenção ou melhoria das condições da vida familiar. No entanto, percebem a dificuldade para a entrada no mercado de trabalho, mesmo para aqueles que têm estudo. Ainda assim, sabem que a ausência do estudo torna praticamente inviável a entrada ou permanência no mundo do trabalho e temem que, se vierem a sair do emprego em que estão, poderão encontrar maiores dificuldades na busca por outro. Expressam isso de maneira clara e consciente tomando, às vezes, algum parente como exemplo para justificar a necessidade dos estudos:

Eu quero completar os estudos para aprender um pouquinho a mais.(...) Olhando para o meu pai eu vejo que o estudo é bom, porque ele não estudou.(..) Se ele tivesse os estudos, acho que ele estava no emprego até hoje. (Masculino, 19 anos, 1º ano do 2º grau)

O estudo hoje é tudo, porque é a mesma coisa, não é o pilar que segura a casa? O estudo é o que te segura no mercado de trabalho, na sociedade. O estudo é o que te mantém, porque sem estudo como você vai viver, vai trabalhar aonde? Para mim é uma das coisas mais grandiosas. Vou fazer vestibular no meio do ano na PUC, para treinar. (Feminino, 17 anos, 3ºano do 2º grau)

Entre os jovens entrevistados, aqueles que não estudam querem voltar à escola, uma vez que começam a perceber a pouca escolaridade como

um fator impeditivo do seu crescimento profissional ou da possibilidade de novas chances. Por isso, alguns estão na iminência de voltar e outros já retornaram às salas de aula.

Embora ajudar no sustento da família seja uma prerrogativa de todos os jovens entrevistados, isso não quer dizer que tenham de abandonar os estudos. Parece que a saída da escola para os jovens pesquisados acontece por questões estruturais do sistema escolar, tais como as dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem, as quais geram constante repetência e vão, pouco a pouco, alijando o jovem. As dificuldades financeiras para adquirir o material escolar também foram mencionadas como um dos obstáculos para prosseguir os estudos;

Parei porque eu não tinha condições de comprar livros, apostilas. Estudar sem material é muito difícil, ficar pegando emprestado do colega, eles fecham a cara e não gostam. Minha mãe não tinha condições de pagar livros de R\$30,00, então eu parei. (Feminino, 18 anos, parou no 1º ano do 2º grau)

Fica perceptível que o abandono dos estudos ocorre antes dos 15 anos (Fausto e Cervini, 1992), situação confirmada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para a qual o pico de exclusão da escola se dá entre 12 e 14 anos. Nesse caso, muitas vezes, o padrão ideal de aluno não está de acordo com as características individuais e sociais daquele de baixa renda, morador de uma favela. Às vezes a metodologia utilizada para o ensino não é adequada a tal público. Sem entrar nos detalhes pedagógicos, que não são objeto deste estudo, a escola acaba por lançar para fora de seus portões uma série de pessoas com um rótulo de “incapazes”.

Embora distantes da escola, esses jovens almejam voltar a estudar, pois acreditam no aumento das possibilidades para entrar no mercado de trabalho, e, além disso, têm consciência de que a falta de estudos dificulta a aquisição de novos conhecimentos. Dessa maneira, encontram dificuldades para ler, escrever, fazer contas, lidar com informática:

Estudar é bom, me arrependo de ter parado. Faz muita falta. Eu comecei um curso de computação ano passado, comecei a ter dificuldade com leitura, escrever, tive de parar. (Masculino, 18 anos, parou na 7ª série)

Para alguns autores, a educação influencia a democratização da sociedade, na medida em que o acesso à educação de qualidade possibilita melhores ocupações no mercado de trabalho, propiciando, dessa maneira, uma melhor distribuição de renda. (Fausto e Cervini, 1992). Embora todos os jovens entrevistados colaborem, de alguma forma, na manutenção da família, seja com o pagamento da conta de luz, água, gás, ou a divisão de despesas de supermercado e outras que se fizerem necessárias, alguns são responsáveis por todo o sustento da família, como o único membro que trabalha. Além disso, eles têm de cobrir suas despesas pessoais, embora essa condição de trabalho não os tenha impedido de prosseguir os estudos, pois a maioria continua a estudar.

Só eu trabalho; minha mãe vende latinha, garrafa, é mixaria, dá para comprar algumas coisas para comer. O único que trabalha lá sou eu. (Masculino, 17 anos, 5ª série, mora no abrigo)

Contribuo. Dou a minha mãe dinheiro e se falta alguma coisa eu compro. O que eu posso, ajudo. (Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Ajudar em casa é um fator importante para o trabalho, mas nem sempre é a motivação principal. Os entrevistados demonstraram a vontade de trabalhar como forma de se tornarem independentes, o que Fausto e Cervini (1992) chamam de “desejo de autonomia”. Também os dados da OIT evidenciam a entrada no mercado de trabalho como a marca da transição do mundo adolescente para o mundo adulto (2001). Os jovens são importantes agentes que podem desencadear mudanças, uma vez que o ideal de muitos deles é poder fazer algo pela comunidade onde moram, temendo que os “mais jovens” sejam levados pelo ganho “fácil” do tráfico de drogas.

O trabalho infantil continua a ser uma realidade dentro da Vila e, provavelmente, é o de tantas outras dentro de Belo Horizonte: vários dos jovens entrevistados começaram a trabalhar ainda

crianças, na verdade em ocupações totalmente “informais”, como carregar compras em supermercados, vigiar ou lavar carros, o que garantia o ganho de algum dinheiro que era levado para casa, para ajudar a família:

Comecei com 10 anos, carregava areia para o pessoal da Vila, fazia uns bicos, recebia o dinheiro e dava para casa. Comecei a trabalhar porque as coisas ficaram difíceis depois que minha mãe faleceu. (Masculino, 19 anos, 8ª série)

Com 10 anos, eu andava catando latinha no Santa Tereza; eu e meu irmão íamos—com minha mãe e minha avó. Catava latinha, ganhava umas coisas, aí depois comecei a ajudar no mercado distrital de Santa Tereza, carregando compras. (Masculino, 18 anos, parou na 7ª série)

Essa situação é aceita pela família, que, assim, endossa o trabalho infantil. Na verdade, ele passa a ser visto como uma saída para situações de delinqüência, para que a criança não fique com a “mente vazia”. Dessa forma, constata-se a presença de uma mão-de-obra invisível no mercado de trabalho brasileiro, de acordo com Gomes e Veiga (1996), que acaba legitimando a idéia de que quanto mais cedo se começa a trabalhar mais responsabilidade se adquire. O problema é que nem sempre isso é percebido pelas famílias como uma situação que tende a perpetuar as condições de pobreza. Azevedo *et al* (2000) e Fausto e Cervini (1992) chamam a atenção para essa mesma questão, isto é, a tendência de que os menores pobres de hoje sejam os pobres do futuro, mantendo as mesmas condições nas quais estão vivendo atualmente. De acordo com Carvalho Neto *et al* (2002), o trabalho infantil traz a marca da informalidade e, no caso de atividade remunerada de crianças e adolescentes, a desregulamentação torna-se estreitamente vinculada à ilegalidade, à insalubridade e ao risco. Na pesquisa realizada, dos 17 jovens entrevistados, 05 eram do sexo feminino. É interessante observar que essas jovens se percebem em uma posição diferente da maioria das mulheres da Vila. Pochmann (1998) e OIT (2001) acreditam que a competição existente no mercado de trabalho aumenta a discriminação sobre as mulheres e os jovens. Mesmo assim, elas não parecem ter clareza quanto à existência desta discriminação;

Não, hoje em dia até que eu não acho que tem muita diferença; eu estou achando que está meio igual. Porque a mulher progrediu demais no trabalho, não está tão difícil assim. Acho que está igual para os dois, as exigências são as mesmas. (Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Serviço hoje está muito difícil, não só para as mulheres mas para os homens também...quando ela escolhe que não quer trabalhar em casa de família, faxina, passar roupa, aí é difícil. Uma mulher que trabalha em qualquer serviço não é difícil. (Feminino, 22 anos, 1º ciclo)

Partindo das dificuldades de inserção da mulher no mercado de trabalho e das discriminações às quais estão sujeitas, a condição das jovens entrevistadas é considerada por elas diferente da que é vivida pelas mulheres da Vila, pois acreditam que muitas mulheres não “querem trabalhar” e estão à espera de alguém (nesse caso, um homem) que irá sustentá-las. A fala delas carrega o estereótipo das mulheres da Vila:

Elas não querem trabalhar, a realidade é esta. Não querem trabalhar para ter algo para elas. Querem é um cara que trabalhe; se ele trabalha pode me dar as coisas, então vou namorar com ele; é assim que elas pensam. Estudar poucas querem. Quando eu estudei aqui na escola, da minha geração todas têm filhos. Sobrou eu e uma colega. Não estão casadas mas tem filhos. (Feminino, 21 anos, curso de técnico em enfermagem)

Acho que mulher tem que ser independente. Minhas colegas diziam que iam casar com um homem rico e ele iria dar tudo. (...) Aqui é meio a meio, tem umas que procuram trabalhar, ter suas coisas. Tem outras que pensam em ficar dependentes da mãe, do pai, arrumar filho. Pelo que vejo, a maioria não está preocupada com a questão do trabalho. (Feminino, 21 anos, 2º grau completo)

Apesar de a variável “gênero” não ter sido objeto desta pesquisa, não se pode deixar de tecer algumas considerações a esse respeito. O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela desigualdade de gênero (Bruschini, 2000; Neves, 2000), o que pode ser norteador para compreender o lugar das mulheres da Vila no mercado de trabalho. Para Bruschini (2000), as mulheres desempenham funções precárias: parcela significativa está nos serviços domésticos, ganhando menos que dois salários mínimos e sem registro em carteira de trabalho. Segundo Neves (2000), mesmo com as contínuas inovações tecnológicas e mudanças no mercado de trabalho, persiste a divisão sexual do trabalho.

Nesse contexto, muitas vezes o trabalho feminino não é reconhecido pela sua qualificação, e as mulheres permanecem em posições secundárias, recebendo salários menores que os dos homens. Pode-se inferir que parcela significativa das mulheres da Vila pode estar vinculada a essas ocupações informais precárias. Para elas, pobreza, baixa escolaridade e falta de qualificação profissional somam-se ao fato de serem mulheres.

CONCLUSÃO

Os jovens entrevistados, em sua maioria, reconhecem as dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Apesar de estarem estudando, percebem que não basta ter o “2º grau”: é preciso uma série de outros pré-requisitos, como a informática, o mais perceptível, e a experiência, outro fator exigido.

Para Souto (2000), o ingresso do jovem de baixa renda no mercado de trabalho não é tarefa fácil. Em seus estudos, ela percebe que o próprio lugar de moradia pode ser um fator de segregação social, como foi demonstrado nas entrevistas com os jovens da Vila. É interessante observar que, dos 17 entrevistados, apenas 02 reconhecem o seu lugar de moradia como a “Vila”; todos os demais se dizem moradores do bairro Pompéia, o que nos leva a concluir que se dizer morador de uma favela pode desencadear uma série de preconceitos, demonstrando com clareza o significado da segregação espacial para aqueles que habitam bairros ou vilas nas periferias das grandes metrópoles.

Na medida em que se acirra a competição no mercado de trabalho, as dificuldades se tornam mais visíveis para segmentos específicos da população. Assim, o ingresso no mercado vulnerabiliza mais os jovens e as mulheres, provavelmente os primeiros a serem demitidos. (Pochmann, 1998). No caso dos jovens da Vila São Rafael, a falta de experiência, a baixa escolaridade, a situação de pobreza e a segregação espacial dificultam o acesso ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Beatriz. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998. Coleção teses e pesquisas, v.1.
- AZEVEDO, Sérgio G. de; MENEZES, Wilson Ferreira e FERNANDES, Claudia Monteiro. *Fora de lugar. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. Salvador: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 2000. Coleção teses e pesquisas, v. 2.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, L.; OCTÁVIO, I.; RESENDE, P.E.A. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M.I.B (Org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e ED.34,2000.
- CALIMAN, Geraldo. *Desafios, riscos, desvios adolescentes trabalhadores em Belo Horizonte*. Brasília: Ed. Universa, 1998.
- CARVALHO NETO, Antônio; NEVES, Magda de Almeida, JAYME, Juliana. Setor informal: abrigo para o trabalho infantil. In: MARQUES, M.E.; CARVALHO NETO, A.; NEVES, M.de A. (Orgs.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: IRT, ICA, Mestrado de Ciências Sociais/PUCMINAS, 2000.
- DIEESE. Jovens no mercado de trabalho. In: _____. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: 2001.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais nos anos 1990. In: BAUMANN, R. (Org.). *Brasil: uma década em transição*. [S.l.], Cepal, Ed. Campos, 2000.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.). *O trabalho e a rua. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: UNICEF/FLACSO, 1992.
- FORTUNY, Mary Angels. Desemprego juvenil: tendências e desafios. In: OIT. *Juventude e emprego*. 2. ed. Brasília: 2001. p. 47-49.
- GOMES, Cândido A. *O jovem e o desafio do trabalho*. São Paulo: EPU, 1990.
- GOMES, Rosemary; VEIGA, Sandra M. ONGs, geração de trabalho e renda, ação local, políticas públicas e metodologias. In: CACCIA BAVA, S. (Org.). *Desenvolvimento local: geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis, 1996.
- LISBOA, Marilu Diez. Orientação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: LEVENFUS, R.S.; SOARES, D.H.P. (Orgs.). *Orientação vocacional e profissional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MACHADO, Danielle Carusi. Jovens no mercado de trabalho do Rio de Janeiro. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-10, ago., 2001.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Planfor: a experiência para adolescentes e jovens*. Brasília, 2001. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em out/2002. Impresso.
- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva,

- qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M.I.B. (Org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanência e desafios*. São Paulo, ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e ED.34, 2000.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Juventude e emprego*. 2. ed., Brasília, Divisão de Políticas de Emprego da OIT. 2001. p. 41-72.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. *et al.* Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu. *Caderno de Resumos*. Caxambu, ABEP, 2000. CD-ROM.
- PEREIRA, Armand F. Educação, formação e empregabilidade: algumas questões e opções para combater o desemprego juvenil. In: OIT. *Juventude e emprego*. 2. ed. Brasília: 2001. p. 13-18.
- POCHMANN, Márcio. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: 1998. v. 6. Coleção ABET.
- _____. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: OIT. *Juventude e emprego*. 2. ed. Brasília: 2001. p. 27-39.
- SOUTO, Anna L.S. Jovens e mercado de trabalho: percepção e expectativas de inserção. *Polis*, São Paulo, n. 35, p. 7-37, 2000.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.